



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA PRESENCIAL Nº. 02/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4880/2026  
REGISTRO DE PREÇOS  
LEI Nº. 14.133/2021

PREÂMBULO	
CONCORRÊNCIA PÚBLICA PRESENCIAL	02/2026
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO GLOBAL
REGIME DE EXECUÇÃO	POR EMPREITADA DE PREÇO GLOBAL
INTERESSADO	Cachoeira Dourada - GO
DATA/HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DO CERTAME	DATA: 27/05/2026 HORÁRIO: 09h00min
OBJETO:	contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia destinados à revitalização, manutenção e implantação de infraestrutura em praças, parques e canteiros públicos do Município, compreendendo a execução de serviços de paisagismo, pavimentação, sinalização, instalação de mobiliário urbano, implantação e recuperação de playgrounds, sistemas de irrigação e demais intervenções necessárias à requalificação dos espaços urbanos, visando garantir melhores condições de uso, segurança, acessibilidade, funcionalidade e valorização ambiental e urbanística, conforme especificações do termo de referência – anexo I do edital, nos termos da lei nº 14.133/21.
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA	Prefeitura de Cachoeira Dourada – Praça dos Três Poderes nº 10, Cachoeira Dourada, Goiás (Sala de Licitações).
FUNDAMENTO LEGAL:	Regido pela a Lei Federal 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.
O Edital encontra-se à disposição dos interessados no endereço ou na Prefeitura Municipal, Centro, Praça dos Três Poderes.	
Na hipótese de não haver expediente na data acima referida, fica esta LICITAÇÃO, automaticamente, transferido para o próximo dia útil subsequente àquele, na mesma hora e local.	



## EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA PRESENCIAL Nº. 02/2026

O Município de Cachoeira Dourada - GO, por intermédio do Agente de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a licitação em epígrafe sob o regime por “Empreitada de preço Global”, do tipo “Menor Preço Global”, será conduzida pelo Sr. Gabriel Rodrigues Izidoro Mesquita, designado pelo **Decreto nº 042/2025**, anexada aos autos do procedimento e regido pela Lei nº 14.133/2021, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

O Edital e os demais documentos complementares poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada-Go, através do endereço eletrônico <https://cachoeiradourada.go.gov.br/licitacao/index.php> ou solicitado através do e-mail [licitacoes@cachoeiradourada.go.gov.br](mailto:licitacoes@cachoeiradourada.go.gov.br), e também poderá ser adquirido na Superintendência de Licitações desta Prefeitura, localizado no prédio do Prefeitura de Cachoeira Dourada – Go , Centro , Praça dos Três Poderes, Sala de Licitações), em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico <https://cachoeiradourada.go.gov.br/licitacao/index.php> no site da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada, Goiás.

A Administração não se responsabilizará caso o pretense licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no Site supracitado conseqüentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

A utilização da forma presencial se justifica, tendo em vista que o artigo 176, II da Lei 14.133/2021 estabelece um prazo maior para que os Municípios de até 20.000 (vinte mil) habitantes, como é o caso de Cachoeira Dourada -GO, se adequem à forma eletrônica, além da previsão constante na Legislação Federal, que regulamenta os procedimentos a serem realizados com fundamento na Lei Federal 14.133/2021.

A lei federal 14.133/2021, em seu art. 17, § 2º, estabelece que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo, cujo arquivo será acostado ao processo administrativo, e, ainda inserido no canal do município de Cachoeira Dourada -GO, no Facebook oficial da prefeitura Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada – Goiás.

### 1. DO OBJETO

**1.1. Constitui objeto da presente licitação: Registro de preço para contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia destinados à revitalização, manutenção e implantação de infraestrutura em praças, parques e canteiros públicos do Município, compreendendo a execução de serviços de paisagismo, pavimentação, sinalização, instalação de mobiliário urbano, implantação e recuperação de playgrounds, sistemas de irrigação e demais intervenções necessárias à requalificação dos espaços urbanos, visando garantir melhores condições de uso, segurança, acessibilidade, funcionalidade e valorização ambiental e urbanística.**

**1.2. O objeto desta licitação deverá ser de qualidade, obedecendo integralmente ao projeto, detalhes, especificações, planilha orçamentária e memorial descritivo, partes integrantes do presente Edital.**



## 2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. A Comissão de Contratação que dará apoio a condução do certame serão os servidores Maria Vani Pereira, Lucia Maria de Souza, designados pelo Decreto nº 042/2025.

2.2. A utilização da forma presencial na presente licitação se justifica, em face da existência de particularidade singular no tocante ao apoio logístico no Município de Cachoeira Dourada, Goiás onde a localidade é dificultoso seu acesso, o reconhecimento in loco descomplexifica e favorecera o planejamento logístico, o qual ira deter de um profundo conhecimento dos serviços a serem executados.

2.3. A Lei 14.133/2021 também prevê, no parágrafo segundo do artigo 17 que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

2.4. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser solicitados em até 3 (três) dias úteis anteriores a data de abertura do certame através de e-mail para o endereço eletrônico: [licitacoes@cachoeiradourada.go.gov.br](mailto:licitacoes@cachoeiradourada.go.gov.br) em horário das 07:00min às 13:00min, indicando no preâmbulo da mensagem o CNPJ, Razão Social, número do Edital e nome do representante solicitante, se pessoa jurídica e CPF para pessoa física e disponibilizar as informações (endereço completo, telefone e e-mail) para envio de resposta.

2.5. O Agente de Contratação publicará na página eletrônica da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada – Go <https://cachoeiradourada.go.gov.br/> as respostas aos questionamentos, avisos e comunicações pertinentes ao certame, cabendo ao interessado manter o acompanhamento diário quanto as atualizações das informações.

2.6. A(s) empresa(s) vencedora(s), se compromete a prestar e entregar a obra a Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada - Goiás dentro do melhor padrão de atendimento e de qualidade, conforme memorial descritivo e especificações técnicas contidas no Projeto Básico.

2.7. A execução da obra e serviços serão realizados conforme condições e especificações estabelecidas no edital e seus anexos.

2.8. O Regime de Execução será de EMPREITADA GLOBAL, MENOR PREÇO GLOBAL.

2.9. O ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA e as declarações complementares serão recebidos pelo Agente de Contratação em sessão pública que será realizada no dia, horário e local indicados no preâmbulo deste edital, sendo conduzida pela Comissão de Contratação.

2.10. OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO serão exigidos a apresentação apenas do licitante mais bem classificado, nos termos do inciso II, artigo 63 da Lei Federal 14.133/2021.

2.11. As empresas interessadas em participar do certame poderão, obter o Edital pelo site: <https://cachoeiradourada.go.gov.br/> dúvidas poderão ser informadas através do e-mail: [licitacoes@cachoeiradourada.go.gov.br](mailto:licitacoes@cachoeiradourada.go.gov.br), os dados básicos de cadastramento (Razão Social, Endereço, CNPJ, Telefone Comercial, Pessoa de Contato e telefones).

2.12. O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, assegurando o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, no critério do desempate, quando verificado ao final da disputa de preços, na forma do art. 60º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.13. Será concedida vistas de toda a documentação apresentada, de maneira individual, para cada um dos licitantes.

**O valor estimado global da licitação será de R\$ 5.503.363,78 (cinco milhões quinhentos e três mil trezentos e sessenta e três reais e setenta e oito centavos).**

## 3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

3.1. As despesas decorrentes da execução da obra a que se refere o presente Edital correrão por conta de recursos provenientes do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada - Go, que será consignado no Orçamento Programa vigente da seguinte dotação orçamentária:



**Dotação: 10.70.15.122.0052.3.001.3.3.90.39.00 – FICHA 0252 – FONTE 100.**

**Dotação: 10.70.15.451.0507.3.006.4.4.90.51.00- FICHA 0263 – FONTE 100.**

**Dotação: 10.69.15.452.0507.3.014.3.3.90.39.00 - FICHA 0233 – FONTE 100**

#### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**4.1.** Participantes. Poderão participar do certame todos os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que preencherem as condições e requisitos estabelecidos neste Edital e na legislação aplicável.

**4.2.** Vedações. Não poderão participar da presente licitação pessoas físicas ou jurídicas que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso com a Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada –Go,

ou que estejam diretas ou indiretamente nas condições previstas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.2.1.** Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**4.2.2.** Que tenham sido proibidas de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011;

**4.2.3.** Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;

**4.2.4.** Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas dos Município do Estado de Goiás;

**4.2.5.** Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do artigo 74, incisos IV e V.

**4.3.** Consórcios. Será admitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.3.1.** O compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, deverá ser apresentado dentro do ENVELOPE Nº 2 – HABILITAÇÃO e incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas, inclusive a proporção econômica e financeira da respectiva participação de cada consorciado em relação ao objeto licitado;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa responsável pelo consórcio e seu respectivo representante legal, que terá poderes para receber citação o, interpor e desistir de recursos, firmar o contrato e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada



sem a prévia e expressa anuência da Prefeitura de Cachoeira Dourada até o cumprimento do objeto da contratação, mediante a emissão do termo de recebimento definitivo, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste item 4.3.1.

**4.3.2.** É vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, em mais de um consórcio ou isoladamente, nos termos do artigo 15, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;

**4.3.3.** O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

**4.3.4.** Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista previstas neste Edital.

**4.5.** Os interessados se farão representar na reunião licitatória de recebimento dos envelopes, por seus representantes legais, por meio de documento que comprove seus poderes, ou procurador bastante, munido de instrumento procuratório conferindo-lhe poderes para prática de todos os atos referentes ao processo, com a identificação da empresa de quem o emitiu;

**4.6.** Os documentos acima referidos deverão estar acompanhados de documento legível de identificação pessoal com fotografia para verificação no ato e deverão estar fora dos Envelopes N.º 01 e N.º 02;

**4.7.** É dispensável a procuração, na hipótese da empresa concorrente se fazer representar pelo próprio titular, no caso de firma individual, ou por sócio com poderes para representá-la, na licitação, através do Ato Constitutivo;

**4.8.** Uma mesma pessoa não poderá representar mais de uma empresa;

**4.9.** As empresas que não se fizerem representar ou que seus representantes não portem documentos que os credencie e/ou os identifiquem, não terão participação ativa durante a reunião, ou seja, não poderão assinar, rubricar documentos, apresentar impugnações, pedido de reconsideração ou recurso, quanto aos atos formais da Comissão, que só poderão ser interpostos dentro das fases correspondentes, sob pena de preclusão.

## **5. FORMA DE APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE DE PROPOSTA E DAS DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES**

**5.1** O ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA deverá ser apresentado em envelope opaco, fechados e indevassável, rubricados no fecho e contendo em sua parte externa a identificação do licitante (razão social e CNPJ), a referência à Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada e o número deste Edital, conforme o exemplo:

**ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA CONCORRÊNCIA N. 02/2026**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA  
DOURADA GOIÁS (RAZÃO SOCIAL e CNPJ)  
EMAIL E TELEFONE

a) Declarações complementares. Os licitantes deverão apresentar, fora do envelope indicado no item 5.1, as seguintes declarações complementares:

**5.1.1.** Declaração de pleno cumprimento dos requisitos de habilitação, em FORMA DE APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE DE PROPOSTA E DAS DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES conformidade com o modelo constante do ANEXO II;

**5.1.2.** Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos neste edital em conformidade com o modelo constante do ANEXO III;



**5.1.3.** Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes em conformidade com o modelo constante do ANEXO V.4;

## **6. ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA**

**6.1.** Conteúdo. O ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA deverá conter os seguintes documentos, todos assinados pelo representante legal do licitante ou por seu procurador, juntando-se cópia do respectivo instrumento de procuração:

**6.2.** Proposta de preço, conforme o modelo do ANEXO V.1, redigida em língua portuguesa (salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente), com páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, contendo os seguintes elementos:

**6.2.1.1** Nome, endereço e CNPJ do licitante;

**6.2.1.2** Descrição de forma clara e sucinta do objeto da presente licitação;

**6.2.1.3** Preço total para a execução do objeto, em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

**6.2.1.4** Declaração, em conformidade com o modelo do ANEXO V.3, afirmando que a proposta foi elaborada de maneira independente e que o licitante conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013.

**6.3.** Preços. Os preços incluem todos os Custos Diretos (CD) e Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) que se refiram ao objeto licitado, tais como: materiais e mão-de-obra; serviços de terceiros aplicados à própria obra ou em atividade de apoio (p.e. vigilância e transporte); margem de lucro da proponente, locações de máquinas, equipamentos ou de imóveis e instalações auxiliares à obra; tarifas de água, energia elétrica e telecomunicações; seguros, legal ou contratualmente exigidos; encargos sociais e trabalhistas; tributos federais, estaduais e municipais incidentes sobre a atividade econômica ou a obra em si; multas aplicadas pela inobservância de normas e regulamentos; alojamentos e alimentação; vestuário e ferramentas; equipamentos de proteção individual e de segurança; depreciações e amortizações; despesas administrativas e de escritório; acompanhamento topográfico da obra; testes laboratoriais ou outros exigíveis por norma técnica, entre outros.

**6.4.** Validade da proposta. Na ausência de indicação expressa em sentido contrário no ANEXO V.1, o prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir do último dia previsto para o recebimento dos envelopes.

**6.5.** Antes de expirar a validade original da proposta, a Agente de Contratação poderá solicitar à proponente que declare a sua intenção de prorrogar o prazo previsto no item anterior. As respostas se farão por escrito, preferencialmente por meio eletrônico.

**6.6.** Não será admitida a modificação da proposta pelo licitante que aceitar prorrogar a sua validade.

**6.7.** As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas no Edital e nos seus anexos.

**6.8.** O licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, tais como aumentos de custo de mão-de-obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

**6.9.** Como requisito de pré habilitação será exigido a garantia de 1% do valor estimado da licitação, sob pena de desclassificação.

**6.10.** Para a validade e aceitação da proposta é obrigatória a todas as licitantes a apresentação da composição de preços unitários de todos os itens da planilha orçamentária, bem como a composição de BDI e encargos



sociais.

**6.11.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências, bem como as que apresentarem preços superiores àqueles previstos no termo de referência/planilha orçamentária, os quais ficam estabelecidos como preço máximo para esse certame.

## 7. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

### 7.1. FORMA DE APRESENTAÇÃO

**7.1.1.** Envelope. O ENVELOPE Nº. 2 - HABILITAÇÃO deverá ser apresentado em envelope opaco, fechado e indevassável, rubricado no fecho e contendo em sua parte externa a identificação do licitante (razão social e CNPJ, telefone e e-mail), a referência ao Município de Cachoeira Dourada – GO e o número deste Edital, conforme o

**ENVELOPE Nº 2 – HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA N. 02/2026**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA  
GOIÁS (RAZÃO SOCIAL e CNPJ)  
TELEFONE E E-MAIL

**7.2.** OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO serão exigidos apenas do licitante mais bem classificado, nos termos do inciso II, artigo 63 da lei federal 14.133 e item 8 deste edital, devendo ser apresentado os seguintes documentos:

### 7.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 7.3.1.** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI;
- 7.3.2.** Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 7.3.3.** Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

### 7.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF.
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.
  - i. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.



- f) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- h) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

#### 7.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;
  - a.1) Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.
  - a.2) Se o licitante não for sediado no Estado de Goiás, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências, de recuperação judicial ou de execução patrimonial.
- b) Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;
  - b.1) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
  - b.2) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- c) Comprovação que possui capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor da proposta inicial.

#### 7.6. RELATIVO À CAPACIDADE TÉCNICA

- a) Registro da Empresa no CREA ou CAU;
  - b) Parcela de relevância para comprovação de qualificação técnica através de CAT-A.
- Segue abaixo quadro com as respectivas parcelas de relevância a serem exigidas para comprovação dos itens acima de 4% conforme as planilhas, 50% do item a comprovar, conforme lei de licitações:

Item	Descrição	Unid	Quantidade a Comprovar
2.1	EXECUÇÃO OU RECOMPOSIÇÃO DE PISO MONOLÍTICO DE BORRACHA COLORIDO ESPESSURA 40MM	M²	300
3.5	PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA. AF_05/2018	M²	2825
3.6	PLANTIO DE FORRAÇÃO. AF_05/2018	M²	1500
3.7	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS. AF_05/2022	M²	8000
3.8	HIDROSSEMEADURA COM GRAMA PENSACOLA OU BERMUDAS	M²	12500
5.1	SISTEMA DE IRRIGAÇÃO INCLUSO BOMBAS, TUBULAÇÃO, ASPERSORAS POP-UP ESCAMOATIADOS, CONTROLADORES E SENSORES DE CHUVA.	M²	15000
6.1	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM	M²	1500



	OBRA, ACAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8CM, ARMADO. AF_08/2022.		
6.5	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022	M <sup>2</sup>	2500
6.8	EXECUÇÃO DE PISO DE COCRETO ESTAMPADO COLORIDO COM ESPESSURA DE 8CM ARMADO COM TELA 15X15 CM AÇO 4,2MM	M <sup>2</sup>	500
7.1	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIAMETRO 2", TRAVESSA E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 1/4"), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 10 BWG E MALHA QUADRADA 5X5 (EXCETO MURETA). AF_03/2021.	M <sup>2</sup>	400

- c) Faltando algum desses itens, será desclassificado.
- d) Cópia de contrato ou documento que comprove a execução dos serviços
- e) Indicação da equipe técnica, incluindo responsável técnico habilitado, instalações e equipamentos
- f) Declaração de conhecimento das condições locais de execução
- g) Comprovação de aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto

## 7.7. DECLARAÇÕES E OUTRAS COMPROVAÇÕES

7.7.1. Declaração subscrita por representante legal do licitante, em conformidade com o modelo constante do ANEXO VI.1, atestando que:

- a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº. 42.911/1998;
- b) cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho; e
- c) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei Federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei Federal nº 13.467/2017.

7.7.2. Todas os modelos de declarações constantes do ANEXO VI deverão ser apresentados devidamente preenchidos, no envelope nº 2.

## 7.8. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- a) Forma de Apresentação. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada ou em cópia simples que, à vista do original, será autenticada por membro da Comissão de Contratação na própria sessão pública.
- b) Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Comissão Julgadora da Licitação aceitará como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data da sessão pública para entrega dos envelopes e declarações complementares.
- c) Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial do licitante, os documentos exigidos no item 8.1.2 deverão ser apresentados tanto pela matriz quanto pelo estabelecimento que executará o objeto do contrato.



- d) Matriz e filiais. O licitante que se considerar isento ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

## **8. SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DO ENVELOPE E DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES**

- 8.1.** Credenciamento. No local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, a Agente de Contratação instalará a sessão pública para receber os ENVELOPES Nº 1 – PROPOSTA e as declarações complementares a que se refere o edital, e, na sequência, procederá ao credenciamento dos representantes dos licitantes.
- 8.2.** O licitante poderá apresentar-se à sessão pública por intermédio de seu representante legal ou de pessoa devidamente credenciada, mediante procuração com poderes específicos para intervir em qualquer fase do procedimento licitatório, inclusive para interpor recursos ou desistir de sua interposição.
- 8.3.** Os representantes deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação, acompanhado do contrato social ou estatuto em vigor, do ato de designação dos dirigentes e do instrumento de procuração, quando for o caso, e outros documentos eventualmente necessários para a verificação dos poderes do outorgante e do mandatário.
- 8.4.** É vedada a representação de mais de um licitante por uma mesma pessoa.
- 8.5.** Participação na sessão pública. A sessão será pública e poderá ser assistida por qualquer pessoa, mas somente será admitida a manifestação dos representantes devidamente credenciados pela Agente de Contratação, na forma dos itens 8.1.1 a 8.1.3, não sendo permitidas atitudes desrespeitosas, que causem tumultos ou perturbem o bom andamento dos trabalhos.
- 8.6.** Aceitação Tácita. A entrega dos envelopes à Agente de Contratação da Licitação implica na aceitação, pelo licitante, de todas as normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como implica a obrigatoriedade de manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, obrigando-se o licitante a declarar, sob as penas da lei, a superveniência de fato impeditivo a participação, quando for o caso.
- 8.7.** Abertura do Envelope. Após o credenciamento dos presentes, a Agente de Contratação procederá à abertura dos ENVELOPES Nº 1 – PROPOSTA. Os documentos neles contidos serão verificados e rubricados pelos representantes dos licitantes e pelos membros de Contratação e serão juntados ao respectivo processo administrativo.
- 8.8.** Iniciada a abertura do primeiro ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA estará encerrada a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.
- 8.9.** Lances. Será iniciada a etapa de lances com a participação das 03 (três) melhores licitantes detentoras de propostas classificadas provisoriamente.

## **9. JULGAMENTO DAS PROPOSTA**

- 9.1.** Análise. Os documentos contidos no ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA serão analisados pelo Agente de Contratação e equipe de apoio, que verificará a exatidão das operações aritméticas realizadas pelo licitante e procederá às correções correspondentes, caso necessário, com vistas à apuração do valor final a ser considerado para fins de julgamento da proposta.
- 9.1.1.** Em caso de discrepância entre valores, a Agente de Contratação da Licitação tomará como corretos os valores unitários informados pelo licitante na planilha de preços unitários e totais.
- 9.1.2.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Agente de Contratação, desde que não haja majoração do preço proposto.



**9.2.** Será desclassificada a proposta que:

- a) estiver em desacordo com qualquer das exigências estabelecidas neste Edital;
- b) contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- c) não apresentar as especificações técnicas previstas no Termo de Referência e demais documentos que integram o ANEXO I do Edital;
- d) apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não tenham sua viabilidade demonstrada por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto;
- e) Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Prefeitura de Cachoeira Dourada, Goiás.
- f) Na hipótese do item acima, será facultado ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Agente de Contratação, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.
- g) não estiver acompanhada da declaração de elaboração independente de proposta, exigida pelo item 6.1.4 do Edital;
- h) formulada por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do presente certame licitatório.

**9.3.** Diligências Complementares. A Agente de Contratação poderá a qualquer momento solicitar aos licitantes a composição dos preços unitários dos serviços, materiais ou equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários para analisar a aceitabilidade da proposta, em atendimento ao estabelecido no artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**9.4.** Julgamento. Não serão consideradas, para fins de julgamento da proposta, ofertas de vantagem não prevista neste instrumento convocatório, baseadas nas propostas dos demais licitantes ou que apresentem prazos ou condições diferentes dos fixados neste Edital.

**9.5.** Classificação. O julgamento das propostas será efetuado pela Agente de Contratação, que elaborará a lista de classificação provisória observando a ordem crescente dos preços apresentados.

**9.6.** Critérios de desempate. Havendo empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate estabelecidos no artigo 60 da Lei Federal 14.133/2021.

**9.7.** Licitação fracassada. Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, a Agente de Contratação dará o certame por encerrado, devidamente lavrado em ata.

**9.8.** Desistência de proposta. Não se admitirá desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Agente de Contratação.

**9.9.** A Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública para analisar os documentos apresentados nos ENVELOPES Nº 1 – PROPOSTA, marcando, na mesma oportunidade, nova data e horário em que retomará os trabalhos, que serão imediatamente informados aos licitantes.

## **10. ETAPAS DE LANCES**

**10.1.** Lances. Será iniciada a etapa de lances com a participação dos três licitantes melhores classificados (quando houver) provisoriamente no julgamento das propostas, imediatamente a proclamação do resultado pela Agente de Contratação através de lances verbais decrescentes, a partir do autor da proposta menos vantajosa seguido dos demais, inferiores à proposta de menor preço.

**10.2.** A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado, implicará sua exclusão da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço por ele apresentado.

**10.3.** A etapa de lances será considerada encerrada quando a licitante convocada não formular novo lance verbal.

**10.4.** Os licitantes poderão formular lances intermediários - iguais ou superiores ao menor já ofertado

**10.5.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades



legais cabíveis.

**10.6.** Finalizada da Etapa de lances a Prefeitura de Cachoeira Dourada, Goiás poderá proceder com negociações junto ao primeiro colocado afim de obtenção de condições mais vantajosas.

**10.6.1.** O procedimento de negociação poderá ser realizado com os demais licitantes seguindo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Prefeitura de Cachoeira Dourada, Goiás.

**10.6.2.** Havendo negociação a Agente de Contratação procederá a aceitabilidade do menor preço nos termos do artigo 59 da Lei Federal 14.133/2021

**10.7.** Em caso da desclassificação ou inabilitação da proposta de menor valor, a Prefeitura de Cachoeira Dourada, Goiás procederá com o exame das ofertas subsequentes, respeitando a ordem de classificação final obtida na etapa de lances.

**10.8.** A Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública após encerrada a fase de lances, para analisar os novos preços apresentados pela licitante melhor classificada, marcando, na mesma oportunidade, nova data e horário em que retomará os trabalhos, que serão imediatamente informados aos licitantes.

**10.9.** Em caso de lances, o Agente procederá a solicitação em tempo oportuno, a apresentação de nova proposta realinhada com a apresentação da composição dos preços unitários e totais, prazo este que será decidido a critério do Agente. Transcorrido o prazo e não atendido a empresa vencedora, esta será considerada inabilitada e será realizado a chamada da empresa e ordem de classificação.

## 11. JULGAMENTO DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**11.1.** Envio e apresentação dos documentos de habilitação. O detentor da proposta mais vantajosa e classificada pela Agente de Contratação terá a sua habilitação conferida, através dos documentos apresentados no ENVELOPE Nº 2.

**11.2.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.

**11.2.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**11.2.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**11.2.3.** Na análise dos documentos de habilitação, a Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**11.3.** Verificação das condições de participação. Como condição prévia ao exame dos documentos de habilitação, a Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento pelo licitante das condições de participação previstas no item 4.1 deste Edital.

**11.4.** Análise. A análise da habilitação será feita a partir do exame dos documentos apresentados pelo licitante em face das exigências previstas no item 7 deste Edital.

**11.4.1.** O Agente de Contratação apresentará no site da Prefeitura de Cachoeira Dourada <https://cachoeiradourada.go.gov.br/>, na data informada na ata da sessão pública o resultado das análises dos documentos apresentados e suas considerações.

## 12. RESULTADO DO CERTAME

**12.1.** Resultado. Será considerado vencedor do certame o licitante que, cumprindo todos os requisitos de



habilitação e atendendo às demais condições previstas neste Edital e em seus anexos, oferecer o menor preço.

**12.2.** A decisão será apresentada pelo Agente de Contratação e lavrada em ata.

**12.3.** A Adjudicação será feita considerando a totalidade do objeto.

**12.4.** O resultado final do certame será publicado na imprensa oficial.

### **13. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

**13.1.** Recursos. Os atos praticados pela Agente de Contratação nas diversas fases do presente certame poderão ser impugnados pelos licitantes mediante a interposição de recurso no prazo de três dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, conforme o caso.

**13.1.1.** Serão considerados desde logo intimados os licitantes cujos representantes credenciados estiverem presentes na sessão pública em que o resultado for proclamado pela Agente de Contratação, hipótese em que a intimação constará da respectiva ata.

**13.1.2.** Os recursos devem ser protocolados na sede da Prefeitura de Cachoeira Dourada – Praça dos Três poderes, nº 10, Setor Centro, Cachoeira Dourada, Goiás (Sala de Licitações) em dias e horários de expediente ou através do e-mail: [licitacoes@cachoeiradourada.go.gov.br](mailto:licitacoes@cachoeiradourada.go.gov.br).

**13.1.3.** Não serão conhecidos os recursos intempestivos ou que estiverem desacompanhados das respectivas razões de fato e de direito.

**13.1.4.** A interposição do recurso será comunicada aos demais licitantes através do site da Prefeitura 01 (um) dia após o término do período de razões, os quais poderão apresentar contrarrazões no prazo de três dias úteis.

**13.1.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou emitido a decisão, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de três dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado.

**13.1.6.** O recurso da decisão que julgar as propostas ou que resolver sobre a habilitação dos licitantes terá efeito suspensivo. A autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos recursos interpostos nos demais casos.

### **14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**14.1.** Transcorrido o prazo recursal sem interposição de recursos ou, uma vez decididos os recursos interpostos, a Agente de Contratação encaminhará o procedimento licitatório à autoridade competente para Adjudicação e homologação do resultado do certame, publicando-se os atos na imprensa oficial.

### **15. CONTRATAÇÃO**

**15.1.** Após a homologação, a adjudicatária será convocada para assinar o termo de contrato, cuja minuta constitui o ANEXO XI deste Edital.

**15.1.1.** O prazo de comparecimento para a assinatura do termo de contrato será de 03 (três) dias, fixados pela Prefeitura de Cachoeira Dourada no ato de convocação e poderá ser prorrogado mediante solicitação justificada pela adjudicatária e aceita pela Contratante.

**15.1.2.** Alternativamente, a critério da Prefeitura o termo de contrato poderá ser encaminhado para assinatura da adjudicatária mediante correspondência, com aviso de recebimento, ou meio eletrônico, com confirmação de leitura. O termo de contrato deverá ser assinado e devolvido no prazo fixado pela Contratante, a contar da data de seu recebimento.

**15.2.** Se, por ocasião da celebração do contrato, algum dos documentos apresentados pela adjudicatária para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista na etapa de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Prefeitura de Cachoeira Dourada, Goiás através da Agente de Contratação verificará a situação por meio eletrônico e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando ao expediente os documentos



comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada. Se não for possível a atualização por meio eletrônico, a adjudicatária será notificada para comprovar a sua regularidade fiscal e trabalhista no prazo de dois dias úteis, sob pena de a contratação não se realizar.

**15.3.** Constituem, igualmente, condições para a celebração do contrato:

15.3.1. A apresentação do documento de que trata o item 7.2.4, “a”, deste Edital com o visto do CREA ou do CAU, conforme o caso, quando a sede da adjudicatária estiver situada em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade;

15.3.2. A apresentação do(s) documento(s) que a adjudicatária, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração do contrato por meio de declaração específica, caso exigida no item 7.2.5 deste Edital;

**15.4.** A ausência de assinatura do contrato dentro do prazo estabelecido pela Prefeitura de Cachoeira Dourada, Goiás, bem como o descumprimento das condições de celebração previstas no itens 15.1 e 15.2, caracterizam o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às sanções previstas neste Edital e demais normas pertinentes. Neste caso, a Prefeitura poderá convocar outro licitante para celebrar o contrato, desde que respeitada a ordem de classificação e mantidas as mesmas condições da proposta vencedora.

**15.5.** Prazo de execução das obras: 1 mês, contados da emissão da 1ª Ordem de serviço.

## 16. GARANTIA

**16.1.1.** Caso o valor global da proposta da Adjudicatária seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do menor valor a que se referem ao parágrafo § 5º do artigo 59 da Lei nº 14.133, de 2021, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, igual à diferença entre o menor valor calculado com base no citado dispositivo legal e o valor da correspondente proposta.

**16.2.** A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período mínimo de 03 (três) meses após o término da vigência contratual.

**16.3.** A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

**16.3.1.** Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

**16.3.2.** Prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

**16.3.3.** As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada;

**16.3.4.** Obrigações fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.

**16.4.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior.

**16.5.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, mediante depósito em qualquer agência do Banco do Brasil, na conta corrente própria (conta garantia), de depósito em caução.

**16.6.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

**16.7.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**16.8.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

**16.9.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data



em que for notificada.

**16.10.** A Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

**16.10.1.** Caso fortuito ou força maior;

**16.10.2.** Alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;

**16.10.3.** Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela CONTRATANTE;

**16.10.4.** Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

**16.11.** Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

**16.11.1.** Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

## **17. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**17.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**17.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**17.2.1.** Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**17.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**17.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**17.2.4.** Multa:

- a) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
- b) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- c) O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art.



137 da Lei n. 14.133, de 2021.

- d) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**17.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**17.4.** Todas as sanções previstas neste edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**17.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**17.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**17.7.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**17.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**17.9.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**17.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**17.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

**17.12.** Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

**17.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**17.14.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os



créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **18. SUBCONTRATAÇÃO**

**18.1.** A critério exclusivo da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada, Goiás e mediante prévia e expressa autorização, o contratado poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar para as atividades que não constituem o escopo principal do objeto e os itens exigidos para comprovação técnica operacional ou profissional até o limite estabelecido de 30%, desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas.

**18.2.** Entende-se como escopo principal do objeto o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida a apresentação de atestados que comprovassem execução de serviço com características semelhantes.

**18.3.** A subcontratação não exclui a responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.

**18.4.** A subcontratação depende de autorização prévia por parte da CONTRATANTE, com parecer técnico da fiscalização, ao qual cabe avaliar se a Subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços.

**18.5.** A CONTRATADA originária deve submeter à apreciação do CONTRATANTE o pedido de prévia anuência para subcontratação, com apresentação do(s) pretendente(s) subcontratado(s) e da respectiva documentação, que deve corresponder à exigida para habilitação nesta licitação.

**18.6.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**18.7.** As empresas subcontratadas também devem comprovar, perante a Prefeitura Municipal que estão em situação regular, fiscal e previdenciária e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado no Município de Cachoeira Dourada, Goiás.

**18.8.** A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre o Município de Cachoeira Dourada e a contratada, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre o Município e a subcontratada, inclusive no que seja pertinente ao pagamento direto a subcontratada.

**18.9.** A assinatura do contrato caberá somente à empresa vencedora, por ser a única responsável perante o Município de Cachoeira Dourada, Goiás mesmo que tenha havido apresentação de empresa a ser subcontratada para a execução de determinados serviços integrantes desta licitação.

## **19. DA MEDIÇÃO, PAGAMENTO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

**19.1** As medições serão realizadas de 30 (trinta) em 30 (trinta) dias E/ OU DE CONFORMIDADE COM A O PERCENTUAL DE REALIZAÇÃO 25% / 50% / 75% /100%, PELA FISCALIZAÇÃO DE ENGENHARIA DO MUNICIPIO E PELA EMPRESA CONTRATADA por um Engenheiro Técnico responsável pelo Poder Público Municipal.

**19.2** Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento dos serviços constantes deste edital, mediante a apresentação da Nota Fiscal devidamente extraída pela CONTRATADA, acompanhada do Laudo de Medição emitido pela CONTRATANTE, desde que entregues na Prefeitura em tempo hábil.

**19.3** Os pagamentos ficarão condicionados à apresentação pela CONTRATADA do comprovante de situação de regularidade junto ao INSS e FGTS.



**19.4** A efetuação da Medição Final, somente se dará após o término total da obra e serviço, inclusive limpeza geral, INSTALAÇÕES DEFINITIVAS, PLENA FUNCIONALIDADE DA OBRA, DEVIDAMENTE AUDITADA E APROVADA PELA FISCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO, bem como reparos, caso a fiscalização julgar necessários.

**19.5 Executado o contrato o seu objeto será recebido:**

**a)** Provisoriamente pela Fiscalização, mediante Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes, que será procedido da elaboração da Medição Final onde a Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas, podendo ser acompanhada por profissionais da Contratada responsáveis pela obra, buscando aferir a adequação dos serviços com os parâmetros contratados, e, se for o caso, relacionar os arremates, retoques, e revisões finais que se fizerem necessários, consignando-os no Termo de Recebimento Provisório;

**a.1)** O recebimento provisório ficará condicionado à entrega dos projetos de engenharia e arquitetura na forma do chamado “as built”, ou seja, com a revisão final nos desenhos de projeto, incorporando todas as adaptações feitas no canteiro de obras, para espelharem fielmente o que foi efetivamente construído, ou melhor, como fora construído (as built), dimensionando, especificando e incorporando todas as adaptações feitas em campo durante a execução dos projetos, bem como o levantamento das medidas existentes, transformando em desenhos técnicos todas as informações encontradas relacionadas (QUANDO HOUVER).

**b)** Definitivamente pela Fiscalização, mediante Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes, após os serviços terem sido examinados e julgados em perfeitas condições técnicas, e desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às eventuais pendências observadas no Recebimento Provisório.

**b.1)** O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor, podendo ocorrer requerimentos para a execução de eventuais correções de defeitos, independentemente da vigência do Contrato, de acordo com os Termos contratuais.

**b.2)** A lavratura do termo de recebimento definitivo está condicionada à apresentação do Comprovante de Inscrição da Obra no CNO enquadrada, quanto à situação cadastral, como encerrada pela CONTRATADA (QUANDO HOUVER).

## 20. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

**20.1** Prazo. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório desta CONCORRÊNCIA, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo e-mail : [licitacoes@cachoeiradourada.go.gov.br](mailto:licitacoes@cachoeiradourada.go.gov.br) local específico dentro do processo licitatório em análise - cabendo ao AGENTE DE CONTRATAÇÃO decidir sobre a petição no prazo de 03(três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**20.2** Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.

**20.3** Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública da CONCORRÊNCIA, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

**20.4** A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

## 21. ALOCAÇÃO DOS RISCOS

**21.1** Fica vedada a celebração de termos aditivos ao contrato, exceto se verificada uma das hipóteses previstas no artigo 124 da Lei Federal 14.133/2021, em especial:

**21.2** Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, devido a caso fortuito ou força maior.



## 22. FRAUDE E CORRUPÇÃO

**22.1** Os licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do objeto, responsabilizando-se pela veracidade das informações e documentações apresentadas no processo, estando sujeitos às sanções previstas na Lei Federal 14.133/2021.

## 23. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

**23.1** Conforme o Art. 137 da Lei Federal 14.133/2021, constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I-** não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II-** desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III-** alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV-** decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V-** caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI-** atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII-** atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII-** razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX-** não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**23.2** O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- a)** supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;
- b)** suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c)** repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d)** atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- e)** não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

**23.3** As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item 23.2. Observarão as seguintes



disposições:

- a) não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b) assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021.

**23.4** Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei 14.133/2021 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**23.5** A extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**23.6** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

**23.7** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) pagamento do custo da desmobilização.

**23.8** A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133,2021, as seguintes consequências:

- a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c) execução da garantia contratual para:
  - i. ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
  - ii. pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
  - iii. pagamento das multas devidas à Administração Pública;
  - iv. exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- d) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

**23.9** A aplicação das medidas previstas no item 23.6. ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.



**23.10** Na hipótese do alínea b do caput do item 23.3, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário(a) municipal competente.

## **24. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**24.1** Os contratos regidos conforme o art. 124, da Lei Federal 14.133/2021, poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

### **I Unilateralmente pela Administração:**

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por Lei;

### **II por acordo entre as partes:**

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

**24.2** Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

**24.3** Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do item 25.1 às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

**24.4** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal 14.133, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

**24.5** As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal 14.133/2021 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

**24.6** Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei 14.133/2021.

**24.7** Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

**24.8** Nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos



custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

**24.9** Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

**24.10** A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**24.11** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei Federal 14.133/2021.

**24.12** A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

## 25. DISPOSIÇÕES GERAIS

**25.1** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

**25.2** Os casos omissos serão solucionados pela Agente de Contratação.

**25.3** Será competente o foro da Comarca do Município de Itumbiara -Go, para dirimir as questões decorrentes desta licitação não resolvidas na esfera administrativa.

**25.4** Os prazos indicados neste Edital em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.

**25.5** A Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada se reserva o direito de, antes da assinatura do contrato, por despacho motivado, adiar, revogar ou mesmo anular a presente LICITAÇÃO, sem que isso represente motivo para que as empresas pleiteiem qualquer tipo de indenização.

**25.6** Anexos. Integram o presente Edital:

Anexo I – Termo De Referência

Anexo II – Declaração de Pleno Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;

Anexo III - Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos neste edital.

Anexo IV – Declaração de Enquadramento Micro e Pequena empresa.

Anexo V – Modelos para o ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA

Anexo V.1 – Modelo de proposta de preço.

Anexo V.2 – Demonstrativo da composição do BDI;

Anexo V.3 – Declaração de elaboração independente de proposta.

Anexo V.4 – Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

Anexo VI – Modelos para o ENVELOPE Nº 2 – HABILITAÇÃO

Anexo VI.1 – Declaração de inexistência de fatos impeditivos

Anexo VI.2 - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

Anexo VI.3 – Declaração de Ausência de Vínculo;

Anexo VI.4 – Declaração de Idoneidade;

Anexo VII – Certificado de realização de visita técnica;

Anexo VIII – Carta de Credenciamento;

Anexo IX – Declaração de Execução dos serviços e disponibilização de pessoal e equipamentos;  
Anexo X – Minuta de Contrato;

Cachoeira Dourada, Goiás, 05 do mês de maio de 2026.

**ELMO JOÃO DA SILVA**  
Gestor Municipal



**ANEXO I**

**TERMO DE REFERENCIA**

(Art. 6º, inciso XXIII, e arts. 40 a 44 da Lei nº 14.133/2021; art. 7º, inciso III, da IN TCM-GO nº 09/2023)

<b>Órgão:</b> Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada Goiás.	<b>Departamento:</b> SEC. DE OBRAS e SEC. DE URBANISMO
<b>Responsável:</b> José Diego dos Santos Medeiros e Marcos Bezerra dos Santos.	<b>Servidor:</b> Maria Clara Alves Eustáquio
<b>Telefone:</b> (64) 9 8177-0430	<b>E-mail:</b> obras@cachoeiradourada.go.gov.br ou urbanismo@cachoeiradourada.go.gov.br
<b>OBJETO:</b> Processo Administrativo para Aquisição de Computadores e Equipamentos de Informática para Modernização do Parque Tecnológico do departamento de Licitações.	

**JUSTIFICATIVA**

O presente Termo de Referência constitui o documento técnico destinado a subsidiar a contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia voltados à revitalização, manutenção e implantação de infraestrutura em praças, parques e canteiros públicos, destinados a assegurar a adequada utilização, funcionalidade e conservação dos espaços urbanos utilizados pela população, nos termos do art. 7º, inciso III, da Instrução Normativa TCM-GO nº 09/2023 e do art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021.

A presente contratação tem por finalidade promover a requalificação dos espaços públicos urbanos, por meio da execução de serviços de paisagismo, pavimentação, instalação de mobiliário urbano, implantação de playgrounds, sinalização e sistemas de irrigação, assegurando melhores condições de uso, segurança, acessibilidade e bem-estar à população.

A necessidade administrativa decorre das condições inadequadas de conservação e funcionalidade das praças e canteiros públicos, caracterizadas pela degradação de pavimentações, deficiência de paisagismo, ausência ou deterioração de equipamentos urbanos e falhas na infraestrutura existente, circunstância que compromete a utilização desses espaços e impacta negativamente a qualidade de vida da população.

Com a contratação, busca-se assegurar a melhoria da infraestrutura urbana, a valorização paisagística e ambiental, a recuperação de áreas degradadas e a ampliação dos espaços de lazer e convivência, promovendo a adequada execução das políticas públicas urbanas, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

O presente Termo de Referência encontra-se diretamente vinculado ao Estudo Técnico Preliminar – ETP previamente elaborado, o qual identificou a necessidade administrativa, avaliou alternativas disponíveis no mercado e demonstrou a viabilidade técnica e econômica da solução adotada, representando este documento a etapa subsequente do planejamento da contratação, com o detalhamento técnico e operacional da solução escolhida.

Registra-se que, por se tratar de contratação de serviços de engenharia, aplicam-se as disposições relativas à execução de obras e serviços de engenharia, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários à completa execução do objeto, conforme normas técnicas vigentes.



Por fim, destaca-se que este Termo de Referência constitui instrumento técnico de planejamento e gestão da contratação, orientando a futura execução contratual, servindo de base para elaboração do edital e garantindo maior segurança jurídica, eficiência administrativa e vantajosidade ao interesse público. Por fim, destaca-se que este documento foi elaborado com base nas necessidades identificadas pela Administração, devendo ser interpretado como instrumento técnico de planejamento e gestão da contratação, orientando a futura execução contratual e garantindo maior segurança jurídica, eficiência administrativa e vantajosidade para o interesse público.

**1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

(Lei nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XXIII, alínea “a”, e art. 40, § 1º)

**1.1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:**

O objeto da presente contratação consiste na contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia destinados à revitalização, manutenção e implantação de infraestrutura em praças, parques e canteiros públicos do Município, compreendendo a execução de serviços de paisagismo, pavimentação, sinalização, instalação de mobiliário urbano, implantação e recuperação de playgrounds, sistemas de irrigação e demais intervenções necessárias à requalificação dos espaços urbanos, visando garantir melhores condições de uso, segurança, acessibilidade, funcionalidade e valorização ambiental e urbanística.

**1.2. NATUREZA:**

Serviço comum de engenharia, de natureza não continuada.

**1.3. QUANTITATIVOS:**

Item	Descrição do Equipamento	Unidade	Quantidade Estimada
<b>01</b>	<b>PINTURA E SINALIZAÇÃO</b>		
1.1	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM RESINA ACRÍLICA (0,6 mm)	m2	2.000
1.4	102492 PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 3 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	m²	3.000
<b>02</b>	<b>MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PLAYGROUNDS</b>		
2.1	EXECUÇÃO OU RECOMPOSIÇÃO DE PISO MONOLÍTICO DE BORRACHA COLORIDO ESPESSURA 40MM	M2	600
2.2	BRINQUEDO PARA PLAYGROUND COMPOSTO DE UMA PASSARELA COM TRÊS ESCORREGADORES EM ESTRUTURA METÁLICA COM PEÇAS E UM ESCORREGADOR	UNID	3
2.3	BRINQUEDO MOLA	UNID	9
2.4	BALANÇO DUPLO ESTRUTURA METALICA TUBULAR	UNID	3
<b>03</b>	<b>SERVIÇOS DE PAISAGISMO</b>		
3.1	PLANTIO DE PALMEIRA COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF_05/	UNID	400
3.2	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M. AF_05/2018	UNID	600



3.3	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF_05/2018	UNID	400
3.4	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA. AF_05/2018 0206 GRAMA, INCLUSIVE PREPARO DO SOLO	m <sup>2</sup>	10.000
3.5	PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA. AF_05/2018	UNID	5.650
3.6	PLANTIO DE FORRAÇÃO. AF_05/2018	m <sup>2</sup>	3.000
3.7	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS. AF 05/2022	m <sup>2</sup>	16.000
3.8	HIDROSSEMEADURA COM GRAMA PENSACOLA OU BERMUDAS	m <sup>2</sup>	25.000
<b>04</b>	<b>INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO</b>		
4.1	INSTALAÇÃO DE LIXEIRA METÁLICA DUPLA, CAPACIDADE DE 60 L, EM TUBO DE AÇO CARBONO E CESTOS EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021	UNID	70
4.2	INSTALAÇÃO DE BANCO METÁLICO COM ENCOSTO, 1,60 M DE COMPRIMENTO, EM TUBO DE AÇO CARBONO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021"	UNID	90
4.3	INSTALAÇÃO DE PERGOLADO DE MADEIRA, EM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, FIXADO COM CONCRETO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021	m <sup>2</sup>	50
<b>05</b>	<b>SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO</b>		
5.1	SISTEMA DE IRRIGAÇÃO INCLUSO BOMBAS, TUBULAÇÕES, ASPERSORES POP-UP ESCAMOTIADOS, CONTROLADORES E SENSORES DE CHUVA.	m <sup>2</sup>	30.000
<b>06</b>	<b>PISO E MEIO-FIO</b>		
6.1	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO	m <sup>2</sup>	3.000



	CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_08/2022		
6.2	ACABAMENTO POLIDO PARA PISO DE CONCRETO ARMADO OU LAJE SOBRE SOLO DE ALTA RESISTÊNCIA. AF_09/2021	m <sup>2</sup>	3.000
6.3	PISO EM PEDRA PORTUGUESA ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA SECA DE CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:3, REJUNTADO COM CIMENTO COMUM. AF_05/2020	m <sup>2</sup>	500
6.4	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO 16 FACES DE 22 X 11 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022. M2 87,85	m <sup>2</sup>	900
6.5	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022	m <sup>2</sup>	5.000
6.6	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	m	2.000
6.7	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 80X08X08X25 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	m	2.000
6.8	EXECUÇÃO DE PISO DE CONCRETO ESTAMPADO COLORIDO COM ESPESSURA DE 8CM ARMADO COM TELA 15X15 CM AÇO 4,2MM	m <sup>2</sup>	1.000
<b>07</b>	<b>EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS</b>		
7.1	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIÂMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 ¼"), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 10 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO MURETA). AF_03/2021	m <sup>2</sup>	800
<b>1.4. PRAZO:</b>	<b>IMEDIATO.</b>		



<b>1.5. PRORROGAÇÃO:</b>	SIM [ ]	NÃO [X]
<b>1.6. GARANTIA MINIMA:</b>	SIM [X]	NÃO [ ]
<b>1.7. EXPECIFICAÇÃO DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TECNICA:</b>	<p>Os serviços executados deverão possuir garantia mínima conforme previsto na legislação civil e normas técnicas aplicáveis, contada a partir do recebimento definitivo da obra.</p> <p>Durante o período de garantia, a contratada deverá, sem ônus para a Administração, corrigir falhas, vícios ou defeitos construtivos identificados, incluindo reparos ou substituições necessárias.</p> <p>A contratada deverá atender às solicitações da Administração dentro de prazo razoável definido pela fiscalização, assegurando a adequada funcionalidade, segurança e durabilidade das intervenções realizadas.</p>	
<b>1.8. LOCAL DE ENTREGA:</b>	Município de Cachoeira Dourada – Go.	

As especificações técnicas abaixo estabelecem os requisitos mínimos de desempenho, qualidade e conformidade dos serviços de engenharia a serem executados, admitindo-se soluções técnicas equivalentes ou superiores, desde que atendidas integralmente as exigências previstas nos projetos, memoriais descritivos, normas técnicas aplicáveis e demais condições necessárias ao pleno atendimento das necessidades da Administração Pública Municipal.

Item	Descrição	Especificações
<b>01</b>	<b>PINTURA E SINALIZAÇÃO</b>	
1.1		SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM RESINA ACRÍLICA (0,6 mm)
1.4		102492 PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 3 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021
<b>02</b>	<b>MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PLAYGROUNDS</b>	
2.1		EXECUÇÃO OU RECOMPOSIÇÃO DE PISO MONOLÍTICO DE BORRACHA COLORIDO ESPESSURA 40MM
2.2		BRINQUEDO PARA PLAYGROUND COMPOSTO DE UMA PASSARELA COM TRÊS ESCORREGADORES EM ESTRUTURA METÁLICA COM PEÇAS E UM ESCORREGADOR
2.3		BRINQUEDO MOLA
2.4		BALANÇO DUPLO ESTRUTURA METALICA TUBULAR
<b>03</b>	<b>SERVIÇOS DE PAISAGISMO</b>	
3.1		PLANTIO DE PALMEIRA COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF_05/
3.2		PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M. AF_05/2018
3.3		PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF_05/2018
3.4		LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM



		ENXADA. AF_05/2018 0206 GRAMA, INCLUSIVE PREPARO DO SOLO
3.5		PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA. AF_05/2018
3.6		PLANTIO DE FORRAÇÃO. AF_05/2018
3.7		PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS. AF 05/2022
3.8		HIDROSSEMEADURA COM GRAMA PENSACOLA OU BERMUDAS
<b>04</b>	<b>INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO</b>	
4.1		INSTALAÇÃO DE LIXEIRA METÁLICA DUPLA, CAPACIDADE DE 60 L, EM TUBO DE AÇO CARBONO E CESTOS EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021
4.2		INSTALAÇÃO DE BANCO METÁLICO COM ENCOSTO, 1,60 M DE COMPRIMENTO, EM TUBO DE AÇO CARBONO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021"
4.3		INSTALAÇÃO DE PERGOLADO DE MADEIRA, EM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, FIXADO COM CONCRETO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021
<b>05</b>	<b>SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO</b>	
5.1		SISTEMA DE IRRIGAÇÃO INCLUSO BOMBAS, TUBULAÇÕES, ASPERSORES POP-UP ESCAMOTIADOS, CONTROLADORES E SENSORES DE CHUVA.
<b>06</b>	<b>PISO E MEIO-FIO</b>	
6.1		EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_08/2022
6.2		ACABAMENTO POLIDO PARA PISO DE CONCRETO ARMADO OU LAJE SOBRE SOLO DE ALTA RESISTÊNCIA. AF_09/2021
6.3		PISO EM PEDRA PORTUGUESA ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA SECA DE CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:3, REJUNTADO COM CIMENTO COMUM. AF_05/2020
6.4		EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO 16 FACES DE 22 X 11 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022. M2 87,85
6.5		EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022
6.6		ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024
6.7		ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO,



		DIMENSÕES 80X08X08X25 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024
6.8		EXECUÇÃO DE PISO DE CONCRETO ESTAMPADO COLORIDO COM ESPESSURA DE 8CM ARMADO COM TELA 15X15 CM AÇO 4,2MM
<b>07</b>	<b>EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS</b>	
7.1		ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIÂMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 ¼"), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 10 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO MURETA). AF_03/2021

#### 1.9. Observações técnicas:

- 1.9.1. Todos os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade, não sendo admitidos materiais reutilizados ou fora das especificações técnicas.
- 1.9.2. Os serviços deverão ser compatíveis com as condições existentes dos locais de intervenção e integrados à infraestrutura urbana já implantada.
- 1.9.3. Os serviços deverão ser executados com todos os insumos, equipamentos e ferramentas necessários à sua completa e adequada execução.
- 1.9.4. Deverão ser observadas as normas técnicas vigentes, bem como as especificações constantes nos projetos e memoriais descritivos.

## 2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

*(Lei nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”)*

2.1. A presente contratação encontra-se fundamentada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado na fase inicial do planejamento da contratação, no qual foram analisadas a necessidade administrativa, as alternativas disponíveis para atendimento da demanda e a viabilidade técnica e econômica da solução adotada, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021.

2.2. O referido estudo identificou a necessidade de revitalização, manutenção e implantação de infraestrutura em praças, parques e canteiros públicos do Município, diante das condições inadequadas de conservação, funcionalidade e segurança desses espaços, caracterizadas pela degradação de pavimentações, deficiência de paisagismo, ausência ou deterioração de mobiliário urbano e falhas na infraestrutura existente, comprometendo sua adequada utilização pela população.

2.3. Após a análise das alternativas disponíveis, concluiu-se pela adoção da solução consistente na contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia, por escopo, sem dedicação exclusiva de mão de obra, contemplando a requalificação dos espaços públicos urbanos, solução que se demonstrou tecnicamente adequada e economicamente vantajosa para assegurar a melhoria da infraestrutura urbana e o atendimento ao interesse público.

2.4. Registra-se que o Estudo Técnico Preliminar não contém informações classificadas como sigilosas, sendo integralmente composto por dados e análises de caráter administrativo e técnico, compatíveis com a publicidade inerente aos processos de contratação pública.

2.5. Dessa forma, a presente contratação decorre diretamente do planejamento previamente realizado, estando devidamente justificada sob os aspectos técnico, econômico e administrativo, servindo o presente Termo de Referência como instrumento de detalhamento da solução escolhida e de orientação para a futura execução contratual.



### 3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”, da Lei nº 14.133/2021)

**3.1.** A solução objeto da presente contratação consiste na execução de serviços de engenharia destinados à revitalização, manutenção e implantação de infraestrutura em praças, parques e canteiros públicos do Município, visando à requalificação dos espaços urbanos e à melhoria das condições de uso, segurança, acessibilidade e funcionalidade.

**3.2.** A implantação da solução ocorrerá após a assinatura do contrato e emissão da ordem de serviço, momento em que a contratada deverá realizar mobilização de equipe, instalação de canteiro de obras, organização logística e início das atividades conforme cronograma físico-financeiro previamente aprovado pela Administração.

**3.3.** A execução compreenderá a realização de serviços como limpeza e preparo de áreas, execução de pavimentações e calçadas, implantação e recuperação de playgrounds, instalação de mobiliário urbano, execução de paisagismo (plantio de grama, árvores, arbustos e forrações), pintura e sinalização, além da implantação de sistemas de irrigação e demais intervenções necessárias à completa revitalização dos espaços públicos.

**3.4.** Os serviços deverão ser executados de forma integrada, observando-se as normas técnicas aplicáveis, os projetos, as especificações constantes neste Termo de Referência e as diretrizes da Administração, garantindo qualidade, durabilidade, segurança e adequado acabamento das intervenções realizadas.

**3.5.** Durante a execução, a contratada deverá adotar medidas para minimizar impactos à população, assegurando, sempre que possível, a utilização parcial dos espaços, bem como manter a organização, limpeza e segurança das áreas em intervenção.

**3.6.** A solução contempla o fornecimento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos e ferramentas necessários à execução integral dos serviços, sendo de responsabilidade da contratada a entrega do objeto em perfeitas condições de uso e funcionamento.

### 4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “d”, e arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021)

**4.1.** A presente contratação observará requisitos técnicos e operacionais mínimos compatíveis com o objeto, consistindo na execução de serviços de engenharia destinados à revitalização de praças, parques e canteiros públicos, por escopo, sem dedicação exclusiva de mão de obra, visando ao atendimento das demandas urbanísticas e de infraestrutura do Município.

**4.2.** Para fins de participação no certame e futura contratação, o licitante deverá comprovar sua habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal, social e trabalhista, bem como qualificação econômico-financeira, demonstrando capacidade para executar os serviços de engenharia previstos.

**4.3.** As exigências de habilitação deverão guardar pertinência com o objeto contratado, observando os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e ampla competitividade, vedada a imposição de exigências restritivas.

**4.4.** Dessa forma, somente serão habilitados os licitantes que atenderem aos requisitos a seguir descritos:

Item	Requisito	Descrição/documentação	
4.4.1.	JURÍDICO	A	Contrato social ou equivalente;
		B	Cartão CNPJ com CNAE compatível com serviços de engenharia;
		C	Documentos dos sócios;
		D	Comprovante de endereço;
		E	E-mail e telefone;
		F	Registro no CREA/CAU, quando aplicável;



		G	Autorizações legais para execução de serviços de engenharia, se exigidas.																																																					
4.4.2.	TECNICO	A	Comprovação de experiência mediante apresentação de Atestados de Capacidade Técnica relativos aos seguintes itens da planilha em anexo:																																																					
			<table border="1"> <thead> <tr> <th>Item</th> <th>Descrição do Equipamento</th> <th>Unidade</th> <th>Quantidade Estimada</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>01</b></td> <td><b>PINTURA SINALIZAÇÃO E</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>1.1</td> <td>SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM RESINA ACRÍLICA (0,6 mm)</td> <td>m2</td> <td>2.000</td> </tr> <tr> <td>1.4</td> <td>102492 PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 3 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021</td> <td>m²</td> <td>3.000</td> </tr> <tr> <td><b>02</b></td> <td><b>MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PLAYGROUNDS</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>2.1</td> <td>EXECUÇÃO OU RECOMPOSIÇÃO DE PISO MONOLÍTICO DE BORRACHA COLORIDO ESPESSURA 40MM</td> <td>M2</td> <td>600</td> </tr> <tr> <td>2.2</td> <td>BRINQUEDO PARA PLAYGROUND COMPOSTO DE UMA PASSARELA COM TRÊS ESCORREGADORES EM ESTRUTURA METÁLICA COM PEÇAS E UM ESCORREGADOR</td> <td>UNID</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>2.3</td> <td>BRINQUEDO MOLA</td> <td>UNID</td> <td>9</td> </tr> <tr> <td>2.4</td> <td>BALANÇO DUPLO ESTRUTURA METALICA TUBULAR</td> <td>UNID</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td><b>03</b></td> <td><b>SERVIÇOS DE PAISAGISMO</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>3.1</td> <td>PLANTIO DE PALMEIRA COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF_05/</td> <td>UNID</td> <td>400</td> </tr> <tr> <td>3.2</td> <td>PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M. AF_05/2018</td> <td>UNID</td> <td>600</td> </tr> <tr> <td>3.3</td> <td>PLANTIO DE ÁRVORE</td> <td>UNID</td> <td>400</td> </tr> </tbody> </table>	Item	Descrição do Equipamento	Unidade	Quantidade Estimada	<b>01</b>	<b>PINTURA SINALIZAÇÃO E</b>			1.1	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM RESINA ACRÍLICA (0,6 mm)	m2	2.000	1.4	102492 PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 3 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	m²	3.000	<b>02</b>	<b>MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PLAYGROUNDS</b>			2.1	EXECUÇÃO OU RECOMPOSIÇÃO DE PISO MONOLÍTICO DE BORRACHA COLORIDO ESPESSURA 40MM	M2	600	2.2	BRINQUEDO PARA PLAYGROUND COMPOSTO DE UMA PASSARELA COM TRÊS ESCORREGADORES EM ESTRUTURA METÁLICA COM PEÇAS E UM ESCORREGADOR	UNID	3	2.3	BRINQUEDO MOLA	UNID	9	2.4	BALANÇO DUPLO ESTRUTURA METALICA TUBULAR	UNID	3	<b>03</b>	<b>SERVIÇOS DE PAISAGISMO</b>			3.1	PLANTIO DE PALMEIRA COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF_05/	UNID	400	3.2	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M. AF_05/2018	UNID	600	3.3	PLANTIO DE ÁRVORE	UNID	400	
Item	Descrição do Equipamento	Unidade	Quantidade Estimada																																																					
<b>01</b>	<b>PINTURA SINALIZAÇÃO E</b>																																																							
1.1	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM RESINA ACRÍLICA (0,6 mm)	m2	2.000																																																					
1.4	102492 PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 3 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	m²	3.000																																																					
<b>02</b>	<b>MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PLAYGROUNDS</b>																																																							
2.1	EXECUÇÃO OU RECOMPOSIÇÃO DE PISO MONOLÍTICO DE BORRACHA COLORIDO ESPESSURA 40MM	M2	600																																																					
2.2	BRINQUEDO PARA PLAYGROUND COMPOSTO DE UMA PASSARELA COM TRÊS ESCORREGADORES EM ESTRUTURA METÁLICA COM PEÇAS E UM ESCORREGADOR	UNID	3																																																					
2.3	BRINQUEDO MOLA	UNID	9																																																					
2.4	BALANÇO DUPLO ESTRUTURA METALICA TUBULAR	UNID	3																																																					
<b>03</b>	<b>SERVIÇOS DE PAISAGISMO</b>																																																							
3.1	PLANTIO DE PALMEIRA COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF_05/	UNID	400																																																					
3.2	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M. AF_05/2018	UNID	600																																																					
3.3	PLANTIO DE ÁRVORE	UNID	400																																																					



			ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF_05/2018		
		3.4	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA. AF_05/2018 0206 GRAMA, INCLUSIVE PREPARO DO SOLO	m <sup>2</sup>	10.000
		3.5	PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA. AF_05/2018	UNID	5.650
		3.6	PLANTIO DE FORRAÇÃO. AF_05/2018	m <sup>2</sup>	3.000
		3.7	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS. AF 05/2022	m <sup>2</sup>	16.000
		3.8	HIDROSSEMEADURA COM GRAMA PENSACOLA OU BERMUDAS	m <sup>2</sup>	25.000
		<b>04</b>	<b>INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO</b>		
		4.1	INSTALAÇÃO DE LIXEIRA METÁLICA DUPLA, CAPACIDADE DE 60 L, EM TUBO DE AÇO CARBONO E CESTOS EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021	UNID	70
		4.2	INSTALAÇÃO DE BANCO METÁLICO COM ENCOSTO, 1,60 M DE COMPRIMENTO, EM TUBO DE AÇO CARBONO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021"	UNID	90
		4.3	INSTALAÇÃO DE PERGOLADO DE MADEIRA, EM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, FIXADO COM CONCRETO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021	m <sup>2</sup>	50
		<b>05</b>	<b>SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO</b>		



			5.1	SISTEMA DE IRRIGAÇÃO INCLUSO BOMBAS, TUBULAÇÕES, ASPERSORES POP-UP ESCAMOTIADOS, CONTROLADORES E SENSORES DE CHUVA.	m <sup>2</sup>	30.000
			<b>06</b>	<b>PISO E MEIO-FIO</b>		
			6.1	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_08/2022	m <sup>2</sup>	3.000
			6.2	ACABAMENTO POLIDO PARA PISO DE CONCRETO ARMADO OU LAJE SOBRE SOLO DE ALTA RESISTÊNCIA. AF_09/2021	m <sup>2</sup>	3.000
			6.3	PISO EM PEDRA PORTUGUESA ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA SECA DE CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:3, REJUNTADO COM CIMENTO COMUM. AF_05/2020	m <sup>2</sup>	500
			6.4	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO 16 FACES DE 22 X 11 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022. M2 87,85	m <sup>2</sup>	900
			6.5	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022	m <sup>2</sup>	5.000
			6.6	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	m	2.000



			6.7	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 80X08X08X25 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	m	2.000
			6.8	EXECUÇÃO DE PISO DE CONCRETO ESTAMPADO COLORIDO COM ESPESSURA DE 8CM ARMADO COM TELA 15X15 CM AÇO 4,2MM	m <sup>2</sup>	1.000
			<b>07</b>	<b>EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS</b>		
			7.1	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIÂMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 ¼"), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 10 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO MURETA). AF_03/2021	m <sup>2</sup>	800
		B	Cópia de contrato ou documento que comprove a execução dos serviços;			
		C	Indicação da equipe técnica, incluindo responsável técnico habilitado, instalações e equipamentos;			
		D	Declaração de conhecimento das condições locais de execução;			
		E	Atendimento a requisitos previstos em normas técnicas e legislação aplicável;			
		F	Registro ou inscrição da empresa e do responsável técnico no CREA/CAU;			
		G	Comprovação de aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto.			
4.4.3.	<b>FISCAL/ SOCIAL/ TRABALHISTA</b>	A	Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);			
		B	inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;			
		C	regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;			
		D	regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;			
		E	regularidade perante a Justiça do Trabalho;			
		F	cumprimento do disposto no <a href="#">inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal</a> .			



		O B S	Os documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.
4.4.5.	ECONÔMICO-FINANCEIRA.	A	balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais; - Podendo limitar-se ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
		B	certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

### 5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “e”, da Lei nº 14.133/2021)

**5.1.** A execução contratual será realizada de modo a assegurar o pleno atendimento das necessidades administrativas relacionadas à revitalização, manutenção e implantação de infraestrutura em praças, parques e canteiros públicos, observando rotinas, prazos e condições compatíveis com a natureza dos serviços de engenharia contratados.

**5.2.** A execução terá início após a assinatura do contrato e emissão da respectiva ordem de serviço pela Administração, momento a partir do qual a contratada ficará autorizada a iniciar a mobilização e execução dos serviços.

**5.3.** Considerando tratar-se de serviços de engenharia executados por escopo, a execução ocorrerá conforme cronograma físico-financeiro, admitindo-se a realização por etapas ou frentes de serviço, de acordo com a logística e prioridades definidas pela Administração.

**5.4.** Os serviços deverão ser executados nos locais indicados pela Administração Pública Municipal, compreendendo praças, parques e canteiros públicos, respeitando-se os projetos, especificações técnicas e prazos estabelecidos no contrato e na ordem de serviço.

**5.5.** O prazo de execução dos serviços será conforme definido no cronograma contratual, contado a partir da emissão da ordem de serviço, podendo ser ajustado mediante justificativa técnica e interesse da Administração.

5.6.1. Compete à contratada:	5.6.2. Compete à Administração:
<p><b>5.6.1.1.</b> executar os serviços de engenharia conforme projetos, especificações técnicas e normas aplicáveis, garantindo qualidade e durabilidade das intervenções;</p> <p><b>5.6.1.2.</b> fornecer todos os materiais, insumos, equipamentos e ferramentas necessários à completa execução do objeto;</p> <p><b>5.6.1.3.</b> responsabilizar-se pelo transporte, armazenamento e integridade dos materiais até sua aplicação nos locais de execução;</p> <p><b>5.6.1.4.</b> corrigir, às suas expensas, quaisquer falhas, vícios ou defeitos identificados nos serviços executados;</p> <p><b>5.6.1.5.</b> garantir a segurança dos trabalhadores e usuários, adotando medidas de proteção e sinalização das áreas em intervenção;</p> <p><b>5.6.1.6.</b> manter responsável técnico habilitado</p>	<p><b>5.6.2.1.</b> indicar os locais de execução dos serviços e aprovar o cronograma físico-financeiro;</p> <p><b>5.6.2.2.</b> promover o acompanhamento, fiscalização e recebimento provisório e definitivo dos serviços executados;</p> <p><b>5.6.2.3.</b> disponibilizar projetos, especificações técnicas e demais informações necessárias à execução do objeto;</p> <p><b>5.6.2.4.</b> comunicar eventuais irregularidades verificadas na execução contratual, possibilitando sua correção pela contratada.</p>



acompanhando a execução dos serviços;

**5.6.1.7.** realizar a limpeza final das áreas e entregar os espaços em perfeitas condições de uso.

**5.7.** Os serviços executados deverão atender padrões mínimos de desempenho compatíveis com a finalidade pública, assegurando qualidade técnica, durabilidade, segurança, acessibilidade e adequado funcionamento dos espaços revitalizados.

**5.8.** Durante o período de garantia, a contratada deverá assegurar a correção de falhas, vícios ou defeitos nos serviços executados, incluindo reparos ou substituições necessárias, sem ônus adicional para a Administração.

**5.9.** O encerramento da execução contratual ocorrerá após a conclusão integral dos serviços, verificação de conformidade com os projetos e especificações técnicas, recebimento definitivo pela Administração e cumprimento das obrigações de garantia previstas contratualmente, formalizando-se o término do contrato conforme os procedimentos administrativos vigentes.

## 6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

*(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021)*

A gestão do contrato decorrente da presente contratação será realizada de forma sistemática e contínua, com acompanhamento e fiscalização destinados a assegurar que a execução dos serviços de engenharia voltados à revitalização de praças, parques e canteiros públicos ocorra em conformidade com as condições contratuais, projetos e especificações técnicas previstas, garantindo a adequada execução das obras e o atendimento das necessidades urbanísticas da Administração Pública Municipal.

<b>6.1. DESIGNAÇÃO DO FISCAL</b>	<p><b>6.1.1.</b> Será designado Fiscal do Contrato, por meio de ato administrativo formal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual.</p> <p><b>6.1.2.</b> Compete ao Fiscal do Contrato acompanhar a execução dos serviços de engenharia, verificar a conformidade dos serviços executados com o Termo de Referência, projetos e especificações técnicas, bem como registrar eventuais ocorrências ou inconformidades constatadas.</p> <p><b>6.1.3.</b> Sempre que forem identificadas situações que ultrapassem a competência do fiscal, estas deverão ser comunicadas à autoridade competente para adoção das providências administrativas cabíveis.</p>
--	--

<b>6.2. INSTRUMENT</b>	<p><b>6.2.1.</b> O acompanhamento da execução contratual ocorrerá mediante utilização dos seguintes instrumentos:</p> <p><b>6.2.1.1.</b> Relatórios de medição dos serviços executados;</p> <p><b>6.2.1.2.</b> Checklists de conformidade destinados à verificação da execução dos serviços e sua adequação aos projetos e especificações técnicas;</p> <p><b>6.2.1.3.</b> Registros formais das comunicações realizadas entre Administração e contratada.</p> <p><b>6.2.2.</b> Constatadas irregularidades ou desconformidades na execução dos serviços, a contratada será formalmente notificada para proceder à correção das falhas no prazo estabelecido contratualmente.</p>
----------------------------	---

<b>6.3. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	<p><b>6.3.1.</b> A execução contratual será avaliada com base nos seguintes critérios:</p> <p><b>6.3.1.1.</b> Conformidade técnica dos serviços executados com os projetos, especificações e normas aplicáveis;</p> <p><b>6.3.1.2.</b> Cumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro;</p> <p><b>6.3.1.3.</b> Qualidade, durabilidade e adequado acabamento dos serviços executados.</p>
--	--

<b>6.4. RELATÓRIOS E REGISTROS</b>	<p><b>6.4.1.</b> O Fiscal do Contrato elaborará registros e relatórios administrativos relativos à execução dos serviços, contendo:</p> <p><b>6.4.1.1.</b> Conferência dos quantitativos executados e medições realizadas;</p> <p><b>6.4.1.2.</b> Registro do recebimento provisório e definitivo das etapas e do objeto;</p> <p><b>6.4.1.3.</b> Notificações e apontamentos referentes a correções necessárias.</p> <p><b>6.4.2.</b> Os registros produzidos integrarão o processo administrativo e servirão de base para fins de controle interno e eventual auditoria.</p>
--	---



<b>6.5. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO</b>	<p><b>6.5.1.</b> O recebimento provisório ocorrerá por etapa ou medição realizada, mediante verificação inicial dos serviços executados quanto aos quantitativos e condições aparentes de conformidade.</p> <p><b>6.5.2.</b> O recebimento definitivo será formalizado após a conclusão integral dos serviços, mediante verificação da conformidade com os projetos, especificações técnicas e condições contratuais, conforme procedimentos administrativos aplicáveis.</p>
---	--

<b>6.6. PROCEDIMENTOS PARA CORREÇÃO DE FALHAS</b>	<p><b>6.6.1.</b> Constatado descumprimento contratual ou execução de serviços em desconformidade com as condições pactuadas, a contratada será formalmente comunicada para promover as correções necessárias dentro do prazo estabelecido pela fiscalização.</p> <p><b>6.6.1.2.</b> Eventuais descumprimentos ocasionados em decorrência de fatores atribuíveis à contratante deverão ser previamente comunicados pela contratada, mediante apresentação de relatório circunstanciado dos motivos que justifiquem eventual atraso ou falha na execução dos serviços.</p> <p><b>6.6.2.</b> Persistindo o descumprimento contratual, poderão ser aplicadas as sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 158 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.</p> <p><b>6.6.2.1.</b> As sanções serão aplicadas mediante processo administrativo próprio, devidamente motivado pelo fiscal do contrato.</p>
---	--

### **6.7. Encerramento da gestão contratual**

6.7.1. Após a conclusão integral dos serviços, realização do recebimento definitivo e verificação da conformidade com os projetos e especificações técnicas, será formalizado o encerramento contratual mediante registro administrativo próprio, com arquivamento da documentação relativa à execução do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

*(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “g”, da Lei nº 14.133/2021)*

A medição e o pagamento do objeto contratado serão realizados de forma a assegurar que os serviços de engenharia voltados à revitalização de praças, parques e canteiros públicos sejam executados em conformidade com os projetos, especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual, garantindo adequada comprovação da execução e observância do interesse público.

### **7.1. Critérios de medição**

**7.1.1.** Considerando tratar-se de serviços de engenharia executados por escopo, a medição será realizada com base nos serviços efetivamente executados pela contratada e aferidos em campo, conforme quantitativos previstos na planilha orçamentária e no cronograma físico-financeiro.

**7.1.2.** O servidor designado para fiscalização verificará, para fins de medição, os seguintes aspectos:

**7.1.2.1.** Conformidade quantitativa, mediante aferição dos serviços executados em relação aos quantitativos previstos;

**7.1.2.2.** Conformidade técnica, verificando se os serviços atendem aos projetos, especificações técnicas e normas aplicáveis;

**7.1.2.3.** Qualidade dos serviços executados, incluindo acabamento, durabilidade e adequação dos materiais



empregados.

**7.1.3.** Após a verificação inicial dos serviços executados, será realizado o recebimento provisório da etapa ou medição correspondente.

**7.1.4.** Concluída a verificação técnica e constatada a conformidade dos serviços, será formalizado o ateste definitivo da medição, possibilitando o processamento do pagamento.

## **7.2. Critérios de pagamento**

**7.2.1.** O pagamento será realizado conforme as medições aprovadas, após o ateste definitivo da execução dos serviços e apresentação da documentação fiscal exigida, observando-se os procedimentos administrativos e financeiros da Administração.

**7.2.2.** Para processamento do pagamento, a contratada deverá apresentar:

**7.2.2.1.** Nota Fiscal correspondente aos serviços executados;

**7.2.2.2.** Certidões de regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, quando exigidas;

**7.2.2.3.** Certificado de Regularidade do FGTS;

**7.2.2.4.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**7.2.2.5.** Comprovação de manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação, quando aplicável.

**7.2.3.** O pagamento será realizado no prazo previsto na legislação e nos regulamentos administrativos municipais, contado a partir da apresentação da documentação regular e do ateste definitivo da medição.

**7.2.4.** O pagamento poderá ser suspenso ou retido quando constatadas:

**7.2.4.1.** Divergências entre os serviços executados e os quantitativos ou especificações contratadas;

**7.2.4.2.** Pendências relacionadas à documentação fiscal obrigatória;

**7.2.4.3.** Irregularidades na execução dos serviços que impeçam o ateste da medição.

**7.2.5.** Eventuais multas ou penalidades aplicadas em decorrência de descumprimento contratual poderão ser descontadas dos valores devidos à contratada, conforme previsto no instrumento contratual e na legislação aplicável.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

*(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “h”, da Lei nº 14.133/2021)*

A seleção do fornecedor para execução dos serviços de engenharia destinados à revitalização de praças, parques e canteiros públicos será realizada em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, observando-se a forma de contratação e os critérios de julgamento aptos a assegurar a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal, garantindo economicidade, competitividade e atendimento integral às necessidades urbanísticas identificadas.



<b>8.1. FORMA DE CONTRATAÇÃO</b>	<p><b>8.1.1.</b> A definição da forma de contratação será realizada após a conclusão do levantamento de preços e formação do valor estimado da contratação, na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando as especificidades dos serviços de engenharia.</p> <p><b>8.1.2.</b> Conforme o valor estimado apurado e as circunstâncias do caso concreto, poderá ser adotado procedimento licitatório, preferencialmente na modalidade concorrência, ou, quando cabível, contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, observados os limites legais e a devida justificativa administrativa.</p> <p><b>8.1.3.</b> Independentemente da forma adotada, o procedimento observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.</p>
<b>8.2. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS</b>	<p><b>8.2.1.</b> O julgamento das propostas será realizado pelo critério de menor preço, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas, projetos e condições previstas neste Termo de Referência e no edital ou instrumento convocatório aplicável.</p> <p><b>8.2.2. Serão consideradas classificadas apenas as propostas que:</b></p> <p><b>8.2.2.1.</b> Atendam integralmente às especificações técnicas, projetos e quantitativos do objeto;</p> <p><b>8.2.2.2.</b> Apresentem preços compatíveis com os valores estimados pela Administração, com base em referências como SINAPI, GOINFRA e pesquisa de mercado;</p> <p><b>8.2.2.3.</b> Demonstrem viabilidade de execução dos serviços dentro dos prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro.</p> <p><b>8.2.3.</b> Poderão ser desclassificadas propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com os valores praticados no mercado, bem como aquelas que não atendam às exigências técnicas estabelecidas.</p>
<b>8.3. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À HABILITAÇÃO</b>	<p><b>8.3.1.</b> O fornecedor classificado em primeiro lugar deverá comprovar o atendimento às exigências de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, nos termos dos arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021, <b>conforme documentação e requisitos detalhados no item 4.4 do presente Termo de Referência</b>, ao qual se faz remissão integral.</p> <p><b>8.3.2.</b> A documentação poderá ser apresentada em meio físico ou eletrônico, conforme previsto no instrumento convocatório ou procedimento de contratação direta, admitindo-se, quando cabível, consulta a bases oficiais para comprovação da regularidade do fornecedor.</p>
<b>8.4. SELEÇÃO E FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO</b>	<p><b>8.4.1.</b> Concluída a fase de julgamento das propostas e verificada a habilitação do fornecedor melhor classificado, será realizada a adjudicação do objeto e posterior homologação pela autoridade competente, quando aplicável.</p> <p><b>8.4.2.</b> Após homologação ou autorização da contratação direta, será formalizado o contrato ou instrumento equivalente, observando-se as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta aceita.</p> <p><b>8.4.3.</b> A Administração assegurará publicidade e transparência em todas as etapas do procedimento, em conformidade com a legislação vigente, garantindo controle administrativo e segurança jurídica do processo de contratação.</p>

## 9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



*(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “i”, da Lei nº 14.133/2021)*

### **9.1. Valor estimado do objeto**

**9.1.1.** A estimativa do valor da contratação será apurada previamente à instauração do procedimento de contratação, em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, mediante elaboração de planilha orçamentária baseada nos quantitativos e serviços previstos neste Termo de Referência.

**9.1.2.** A formação dos preços deverá observar metodologias admitidas pela legislação e regulamentações aplicáveis, considerando, entre outras fontes, referências oficiais como SINAPI, GOINFRA, contratações públicas similares e pesquisas de mercado.

**9.1.3.** O valor estimado resultará da consolidação dos custos unitários dos serviços e insumos, aplicados aos quantitativos previstos, formando o montante global de referência para análise da vantajosidade das propostas.

**9.1.4.** O valor final estimado servirá como parâmetro para definição da forma de contratação a ser adotada, podendo, conforme o caso concreto e o montante apurado, enquadrar-se nas hipóteses de contratação direta por dispensa de licitação ou demandar a realização de procedimento licitatório.

**9.1.5.** As planilhas orçamentárias, composições de custos e demais documentos que fundamentam a estimativa de preços poderão, quando necessário à preservação da competitividade do certame, ser juntados em anexo de acesso restrito até a conclusão da fase competitiva, observadas as normas aplicáveis.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

*(Art. 6º, inciso XXIII, alínea “j”, da Lei nº 14.133/2021)*

A contratação prevista neste Termo de Referência encontra-se compatibilizada com o planejamento orçamentário da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro correspondente, observadas as disposições da Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente e demais instrumentos de planejamento fiscal aplicáveis.

### **10.1. Fonte de recursos**

**10.1.1.** Os recursos necessários para a celebração e execução do contrato serão alocados em dotação orçamentária própria constante da Lei Orçamentária Anual do exercício em que ocorrer a contratação, podendo ser utilizados, quando necessário, créditos adicionais ou suplementares regularmente autorizados, nos termos da legislação financeira aplicável.

**10.1.2.** A contratação observará a compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), garantindo aderência ao planejamento governamental e às metas fiscais estabelecidas.

### **10.2. Garantia de previsão orçamentária**

**10.2.1.** A despesa referente à contratação está assegurada por meio de planejamento orçamentário previamente acordado, de acordo com os seguintes elementos:

**10.2.1.1. Dotação: 10.70.15.122.0052.3.001.3.3.90.39.00 – FICHA 0252 – FONTE 100.**

**Dotação: 10.70.15.451.0507.3.006.4.4.90.51.00- FICHA 0263 – FONTE 100.**

**Dotação: 10.69.15.452.0507.3.014.3.3.90.39.00 - FICHA 0233 – FONTE 100.**

**10.2.2.** Antes da formalização do contrato, será emitida declaração ou reserva orçamentária pela unidade competente, confirmando a existência de disponibilidade de recursos suficientes para suportar as despesas decorrentes da execução contratual.



**10.2.3.** Nos casos de contratos com execução que ultrapasse o exercício financeiro, deverão ser observadas as regras relativas à previsão orçamentária para os exercícios subsequentes, assegurando a continuidade da execução contratual sem prejuízo à regularidade fiscal do ente contratante.

### **11. DA VINCULAÇÃO**

11.1. Nas hipóteses em que a contratação vier a ocorrer por meio de dispensa de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o presente Termo de Referência servirá como instrumento orientador para a obtenção de propostas junto aos fornecedores consultados, estabelecendo as condições técnicas, operacionais e administrativas da contratação pretendida.

11.2. O presente documento vincula tanto a Administração quanto os particulares participantes do procedimento, integrando as propostas apresentadas e o futuro instrumento contratual ou equivalente, para todos os fins legais, assegurando a observância das condições estabelecidas e o cumprimento integral das obrigações assumidas.

11.3. As disposições constantes neste Termo de Referência deverão ser observadas durante todas as etapas do procedimento de contratação e durante a execução do ajuste, garantindo segurança jurídica, padronização das condições contratuais e preservação do interesse público.

Cachoeira Dourada – Go, 05 de maio de 2026.

JOSE DIEGO DOS SANTOS MEDEIROS SECRETÁRIO DE OBRAS	MARIA CLARA ALVES EUSTÁQUIO CHEFE DE OBRAS
MARCOS BEZERRA DOS SANTOS SECRETÁRIO DE URBANISMO	



**ANEXO II**  
**DECLARAÇÃO DE PLENO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**  
**(apresentada fora dos envelopes)**

\_\_\_\_\_ (nome da empresa)\_\_\_\_, CNPJ/MF n.º \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_ (endereço completo)\_\_\_\_,  
interessado em participar da Concorrência n.º \_\_\_\_\_ /\_\_\_\_\_, Processo n.º \_\_\_\_\_/  
, DECLARO, sob as penas da Lei que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no  
instrumento convocatório.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)



**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO ASSINADA POR PROFISSIONAL HABILITADO NA ÁREA CONTÁBIL, QUE ATESTE O ATENDIMENTO PELO LICITANTE DOS ÍNDICES ECONÔMICOS PREVISTOS NESTE EDITAL  
(Apresentada fora do Envelope)**

Nome completo: \_\_\_\_\_ RG nº: \_\_\_\_\_ CPF nº: \_\_\_\_\_ DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante (nome empresarial), interessado em participar da Concorrência nº / , Processo nº / , atende os índices econômicos previstos neste edital maiores que 1 (um) abaixo citados:

- a) Índices de Liquidez Geral (LG)
- b) Solvência Geral (SG)
- c) Liquidez Corrente (LC)
- d) Capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor da proposta inicial.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura profissional da área contábil)



**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

CONCORRÊNCIA N° /

A Empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº....., com sede na ....., por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) do Documento de Identidade nº ....., órgão emissor ..... e do CPF nº , DECLARA para fins de participação no Concorrência Pública Nº / , sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

....., ... de ..... de .....

.....

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal



ANEXO V  
MODELOS PARA O ENVELOPE Nº 1  
PROPOSTA ANEXO V.1

LOGOTIPO DA EMPRESA

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nome Fantasia:			
Razão Social:			
CNPJ:		Inscrição Estadual:	
Endereço:			Cidade:
Estado:	CEP:	Telefone:	Fax:

1. PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

LOTE	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
1.0	<b>contratação contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia destinados à revitalização, manutenção e implantação de infraestrutura em praças, parques e canteiros públicos do Município, compreendendo a execução de serviços de paisagismo, pavimentação, sinalização, instalação de mobiliário urbano, implantação e recuperação de playgrounds, sistemas de irrigação e demais intervenções necessárias à requalificação dos espaços urbanos, visando garantir melhores condições de uso, segurança, acessibilidade, funcionalidade e valorização ambiental e urbanística.</b>	



**ANEXO V (qdo couber)**  
**ANEXO V.2**  
**DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO BDI**

CONCORRÊNCIA N° /

TAXA REPRESENTATIVA DO LUCRO	
1. Lucro estimado (L) %	%
PARCELAS RELATIVAS A DESPESAS DE RATEIO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	
1. Administração Central (AC)	%
PARCELAS RELATIVAS ÀS DESPESAS FINANCEIRAS	
1. Despesas Financeiras (DF)	%
PARCELAS RELATIVAS A SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS DE OBRA	
1. Seguros (S)	%
2. Garantias (G)	%
3. Riscos (R)	%
Subtotal Seguros + Riscos + Garantias	%
PARCELAS RELATIVAS À INCIDÊNCIA DE TRIBUTOS	
1. Imposto Sobre Serviços – ISS	%
2. Impostos que incidem sobre o faturamento – PIS	%
3. Impostos que incidem sobre o faturamento – COFINS	%
4. Contribuição previdenciária	%
Subtotal Tributos (T)	%

Considerando os percentuais acima e aplicando-se a fórmula abaixo, tem-se:  $BDI = (1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)$

-1

1-

ONDE:

AC: taxa de administração central;

S: taxa de seguros;

R: taxa de riscos;

G: taxa de garantias;

DF: taxa de despesas financeiras.



L: taxa de lucro/remuneração;

T: taxa de incidência de tributos;

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)



**ANEXO V**  
**ANEXO V.3**  
**DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E**  
**ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ do CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal do licitante

(nome empresarial), interessado em participar da Concorrência nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013, tais como:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de



contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos Respeitosos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

---



**ANEXO V**

**ANEXO V.4  
DECLARAÇÃO QUE SUA PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDE A INTERALIDADE DOS  
CUSTOS**

Art. 62 § 1º da Lei 14.133/2021

(Apresentar junto com a proposta)

Nome completo:

RG nº:

CPF nº:

DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante (nome empresarial), interessado em participar da Concorrência nº \_\_/\_\_, declara de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

(Local e data).

---

(Nome/assinatura do representante legal)



**ANEXO VI**

**MODELOS DE DECLARAÇÕES PARA O ENVELOPE Nº 2 – “HABILITAÇÃO”**

**ANEXO VI.1**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

Nome completo: RG nº: \_\_\_\_\_ CPF nº: \_\_\_\_\_ DECLARO, sob as penas da Lei, que o  
licitante (nome empresarial), interessado em participar da Concorrência nº \_\_/\_\_, para fins do  
disposto no inciso I do art. 63 da Lei Federal 14.133/2021, que atendem aos requisitos de habilitação, e que:

- a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal;
- b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação deste Edital;
- c) cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho; e
- d) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei Federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei Federal nº 13.467/2017.

(Local e data).

---

(Nome/assinatura do representante legal)



**ANEXO VI**

**ANEXO VI.2**

**DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGO**

Nome completo: RG nº: CPF nº: DECLARO, sob as penas da lei o devido cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

(Local e data).

---

(Nome/assinatura do representante legal)



**ANEXO VI**

**ANEXO VI.3  
DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO  
CONCORRÊNCIA XXXX/XXX**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº \_\_\_\_\_, sediada à Rua/Avenida \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Setor/Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado de \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor \_\_\_\_\_, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação no Concorrência nº \_\_\_\_\_ /XXX, a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Rubiataba, nos cargos de direção, chefia ou exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes políticos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Local e Data

---

Nome, RG do Representante Legal e Assinatura



**ANEXO VI**

**ANEXO VI.4  
DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE  
CONCORRÊNCIA XXXX/XXX**

A Empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº. .... ,  
com sede na.....,por  
intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a)do  
Documento de Identidade nº ....., órgão emissor e.....do  
.....CPF  
nº....., DECLARA para fins de participação na Concorrência Nº. XXX/XXX, não ter  
recebido do Município de Cachoeira Dourada , Goiás ou de qualquer outra entidade da Administração direta ou  
indireta em âmbito Federal, Estadual e Municipal, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e  
ou impedimento de contratar com a Administração Pública, assim como não ter recebido DECLARAÇÃO DE  
INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal.

....., ... de ..... de .....

(Local) (Data)

.....

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal



**ANEXO VII**

**ATESTADO DE VISITAÇÃO AO LOCAL DA OBRA**

(Deverá ser feito um Atestado quando da visita)

ATESTO, para fins de habilitação no Certame da Concorrência Pública n.º XXX/XXX, realizado pelo Poder Executivo do Município de Cachoeira Dourada -Go, que o Sr(a) \_\_\_\_\_, portador da RG n.º \_\_\_\_\_ do CPF N.º \_\_\_\_\_ e do CREA n.º \_\_\_\_\_, engenheiro civil, se apresentou como Responsável Técnico da empresa, \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, na data de \_\_\_\_ / \_\_\_\_ e vistoriou e tomou conhecimento da área geográfica onde será executado o objeto do Certame mencionado acima, recebendo todas as informações necessárias e suficientes, bem como os documentos, para o cumprimento das obrigações e exigências inerentes a elaboração da proposta, referente ao Edital da Concorrência Pública n.º xxx/xxx.

Sem mais para o momento, firmo o presente atestado para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

\_\_\_\_\_  
Carimbo e Assinatura do Engenheiro Técnico Responsável

Declaro que me foi dado acesso ao local da obra e as instalações acima citadas, bem como foram esclarecidas todas as questões por mim suscitadas, e também que a licitante tem pleno conhecimento de todas as condições relacionadas à execução dos serviços objeto da Concorrência Pública n.º xxxx/xxxx.

....., ... de ..... de .....

(Local) (Data)

.....

Assinatura do Representante



**ANEXO VIII**

**MODELO DE CREDENCIAMENTO**

À

Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada , Goiás

Referência: Concorrência Pública n.º xxxx/xxx.

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo (a) Sr(a) \_\_\_\_\_ portador da cédula de identidade RG nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, CREDENCIA o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_ (cargo), portador(a) da Carteira de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, para representá-la perante a Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada -Go, na Licitação realizada sob a modalidade de Concorrência Pública xxxx/xxxx, podendo para tanto assinar documentos, apresentar e desistir de recursos e impugnações, manifestar-se verbalmente ou por escrito, solicitar esclarecimentos, enfim, praticar todos os atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Por ser verdade, firmo o presente credenciamento.

CIDADE, UF, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

Nome do responsável legal  
CPF:



**ANEXO IX**

**DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DISPONIBILIZAÇÃO  
DE PESSOAL E EQUIPAMENTOS**

A empresa \_\_\_\_\_ (razão social) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, em atenção ao edital de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº xxx/xxx declara que executará os serviços e disponibilizará pessoal necessário e equipamentos necessários ao bom andamento dos serviços de acordo com os prazos estabelecidos no Edital.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome do responsável legal

CPF:



## MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Processo Administrativo nº 4880/2026

Termo de Contrato nº .....

QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA  
GOIÁS, POR INTERMÉDIO DO (A)

..... E

.....

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, ESTADO DE GOIÁS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na Av. XXXXXXXXXXXXXXX, nº 450, Bairro XXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX, Goiás, CEP: XXXXXXXXXXXXXXX, legalmente representado pela gestora do Poder Executivo, XXXXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, podendo ser encontrado na sede da Prefeitura, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.

**CONTRATADA:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com endereço a Rua XXXX Qd. xx, Lt. xx, Setor XXXXXXXXXXXX, CEP nº XXXXXXXXXXXXXXX, através de seu responsável legal, Sr(a) XXXXXXXXXXXX, inscrita no CPF nº XXXXXXXXXXXXXXX, RG nº XXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

### DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Contrato tem como fundamentação legal a Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, LC 123/06 e suas alterações.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a [Assunto], nas condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 1.2. Objeto da contratação:
- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
  - 1.3.1. O Termo de Referência;
  - 1.3.2. O Edital da Licitação;
  - 1.3.3. A Proposta do contratado;
  - 1.3.4. Projetos e memoriais e eventuais anexos dos documentos supracitados.

### CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 1.1. O prazo de vigência da contratação é de XXXXX contados da XXXXXX prorrogável sucessivamente por até XXXXX, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;



- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

1.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

1.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.2 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.

4.3 A subcontratação fica limitada às atividades que não demandam subordinação direta e podem ser executadas pelos Microempreendedores Individuais.

4.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

4.5 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.6 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1 O valor total da contratação é de R\$ ..... ( . ), perfazendo o valor total de R\$ ..... (.). Conforme a tabela de itens descritos abaixo;

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	VR UNITÁRIO	VR TOTAL
1	.....	.....	.....	R\$ .....	R\$ .....

5.2 Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais



incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## **6 CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do pagamento pelo fato gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **7 CLÁUSULA SÉTIMA - RE Pactuação DOS PREÇOS CONTRATADOS (art. 92, V e X)**

6.1 Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

6.2 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

6.3 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objetada nova solicitação.

8.3.1 Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.

6.4 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

6.5 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021).

6.6 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

6.7 Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de caráter não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021)

6.8 Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.8.1 A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

6.9 Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^{\circ}) / I^{\circ}$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento



6.10 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.11 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.12 Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.13 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

6.14 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

6.15 Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

6.16 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

6.17 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.18 O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

6.19 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.20 A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

6.21 O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 30 dias, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º)

6.22 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

6.23 A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

6.24 As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

6.25 O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

6.26 A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

## **7 CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

7.1 São obrigações do Contratante:

7.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



- 7.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 7.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 7.9 Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):
- 7.9.1 indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
  - 7.9.2 fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
  - 7.9.3 estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
  - 7.9.4 definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
  - 7.9.5 demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
  - 7.9.6 prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.
- 7.10 Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.11 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 7.11.1 A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 7.12 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 dias.
- 7.13 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 7.14 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.15 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **8 CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 8.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 8.2 Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 8.2.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 8.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
- 8.4 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 8.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



- 8.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.7 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.8 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 8.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 8.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 8.10 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 8.11 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.12 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 8.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 8.14 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 8.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 8.18 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 8.19 Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 8.20 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 8.21 Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

## **9 CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**



9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

#### **10 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

10.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

11.1 O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total/anual do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados.

11.1 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, terá validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência.

11.2 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice permanecerá em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.6 deste contrato.

11.5 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.6 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.6.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.6.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

11.6.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.7 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.7, observada a legislação que rege a matéria.

11.8 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.



11.9 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

11.10 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.11 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.12 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.13 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.13.1 O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.13.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.14 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.15 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.16 A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

11.17 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

11.18 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

11.19 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

11.20 O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.21 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

## **12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que;

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;



- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:

- a) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
- b) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- c) O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- d) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. as peculiaridades do caso concreto;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. os danos que dela provierem para o Contratante;



- e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.2.2 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.3 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3 Indenizações e multas.



13.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.6 O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

13.7 O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

13.8 Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

13.9 Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

13.9.1 a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e

13.9.2 os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

13.10 Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

13.11 O contratante poderá ainda:

13.11.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a c prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria;

13.11.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

13.12 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:



Gestão/Unidade:

- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:

15.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **16 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **17 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)**

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Itumbiara , Goiás, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Cachoeira Dourada - Goiás

XXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX